

SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 1

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas



SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 1

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas



Editora Omnis Scientia

**SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI:
UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE**
Volume 2

1ª Edição

TRIUNFO – PE

2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadora

Daniela Reis Joaquim de Freitas

Conselho Editorial

Dr. Cássio Brancalone

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

Editores De Área – Ciências Da Saúde

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S255 Saúde pública no século XXI [livro eletrônico] : uma abordagem sobre condições sociais e de saúde: volume 2 / Organizadora Daniela Reis Joaquim de Freitas. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.
105 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-72-8

DOI 10.47094/978-65-88958-72-8

1. Atenção à saúde – Aspectos sociais. 2. Política de saúde – Brasil. 3. Saúde pública. I. Freitas, Daniela Reis Joaquim de.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

A Saúde Pública pode ser definida como um conjunto de medidas executadas pelo Estado para manutenção e promoção do bem-estar físico, mental e social de sua população. Ela é basicamente gerenciada pelo Estado, mas sofre intervenção da comunidade acadêmica e científica com o intuito de promover melhorias em suas propostas para a população. Assim sendo, a pesquisa dentro da área de Saúde Pública é fundamental para seu desenvolvimento e evolução.

E o livro “SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE, VOL 2” é a prova de que o Brasil é profícuo quando se trata de pesquisa. Esta obra é composta por trabalhos científicos produzidos na forma de artigos originais e de revisão, que abordam diferentes aspectos da saúde pública no Brasil. Todas estas pesquisas possuem campo dentro das Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, Medicina, Ciências sociais, entre outras áreas.

Ao longo de 10 capítulos serão discutidas diferentes temáticas, com embasamento teórico-científico atualizado e discussão de conceitos importantes. Este livro é principalmente voltado para os estudantes e profissionais que desejam conhecer um pouco mais do que é produzido em pesquisa na área das Ciências da Saúde com ênfase na Saúde Pública, através de uma leitura rápida, dinâmica e com linguagem científica, porém acessível. Portanto, apresentamos ao leitor um trabalho de qualidade, atualizado e devidamente revisado por pares.

Em nossos livros selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo 5, intitulado “DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ”.

Boa leitura.

Daniela Reis Joaquim de Freitas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....11

AS CONDIÇÕES SOCIAIS NA SAÚDE EM RELAÇÃO AO CÂNCER DE MAMA E O DIAGNÓSTICO PRECOCE: RELATO DE CASO

Rebeca Sousa Campelo

Nathália Gomes da Silva

Priscila Ferreira Barbosa

Fabiana Cândida de Queiroz Santos Anjos

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/11-18

CAPÍTULO 2.....19

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO PARA A SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO NARRATIVA.

Mariana Machado dos Santos Pereira

Júlio César Caixeta

Carina Vaz da Costa

Ana Paula da Silva Queiroz

Thays Peres Brandão

Elaine Gomes do Amaral

Bruna Domingos Peres

Cáritas Nogueira Rosa

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/19-27

CAPÍTULO 3.....28

POLÍTICAS INCLUSIVAS DE GÊNERO À SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSSEXUAL

Lidyane Rodrigues Oliveira Santos

Aryanne Oliveira Candeira

Cyntia Maria da Silva

Silvia Silva Barbosa

Theresa Christina F. Linhares

Kelson Antonio de Oliveira Santos

Maria Tamires Alves Ferreira

Italo Régis Vieira Da Silva

Bruno da Silva Gomes

Adriana Rodrigues Alves de Sousa

Bianka Borges de Oliveira

Érica Valnis Moreira Lima

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/28-37

CAPÍTULO 4.....38

O IMPACTO DO CONSUMO DE PORNOGRAFIA NA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Thaís Hoffmann Stump

Wanderlei Abadio de Oliveira

Denise de Micheli

Adriana Scatena

Felipe Anselmo Pereira

Rosana Fanucci Silva Ramos

Suzanna Araújo Preuhs

Gabriella Di Girolamo Martins

Lidiane dos Santos Souza

Willian Echeverria

Richard Alecsander Reichert

André Luiz Monezi Andrade

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/38-49

CAPÍTULO 5.....50

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ

Ana Laura Corradi

Mayra Herminia Simões Hamad Farias do Couto

Brenda Souza Moreira

Ariane Helena Coelho Raiol

Luan da Silva Freitas

Kátia Primavera das Neves

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/50-62

CAPÍTULO 6.....63

INSEGURANÇA ALIMENTAR: O BRASIL E O MAPA DA FOME

Dannyele Cristina da Silva

Giovana Frazon de Andrade

Amanda Iuchemin

Lara Castanhel Ruschel

Daniela Correa

Ancelmo Schorner

Talyta Maria Sidor

Marisangela Lins

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/63-75

CAPÍTULO 7.....76

MISTANÁSIA E OS DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE

Daniella Sales e Silva Chaves

Adriana Gradela

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/76-84

CAPÍTULO 8.....85

ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DE BELA CRUZ - CE

Maria Cassiana Rosa Carneiro Cunha

Morgana Gomes Izidório

Francisco Natanael Lopes Ribeiro

Antonia Gescica Arcanjo

Ana Kézia Sousa Nunes

Antonio Evandro de Sousa Melo

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/85-90

CAPÍTULO 9.....91

CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SALUTOGÊNICO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE SOBRE A FISSURA LAPIOPALATINA

Edilma da Cruz Cavalcante

Luana Carla Bandeira Sobrinho

Ricardo Hugo Gonzalez

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/91-101

POLÍTICAS INCLUSIVAS DE GÊNERO À SAUDE DA POPULAÇÃO TRANSSEXUAL

Lidyane Rodrigues Oliveira Santos;

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ (CEUPI)/ FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5160226233532743>

Aryanne Oliveira Candeira

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/107646633897422>

Cyntia Maria da Silva

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9658914093650469>

Silvia Silva Barbosa

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4491579978177879>

Theresa Christina F. Linhares

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4942054911862405>

Kelson Antonio de Oliveira Santos;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI), Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6459854268152148>

Maria Tamires Alves Ferreira;

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO), Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes : <http://lattes.cnpq.br/4183905820785710>

Italo Régis Vieira Da Silva

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ (CEUPI)

Link do currículo lattes : <http://lattes.cnpq.br/1447795888196832>

Bruno da Silva Gomes

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ (CEUPI)/ FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes : <http://lattes.cnpq.br/8344597042465937>

Adriana Rodrigues Alves de Sousa

FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA (ESTÁCIO)/Teresina, Piauí.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0739322970622743>

Bianka Borges de Oliveira

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3204071412320661>

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ (CEUPI) / Teresina, Piauí.

Érica Valnis Moreira Lima

Link do currículo lattes : <http://lattes.cnpq.br/8918248137179169>

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ (CEUPI) / Teresina, Piauí.

RESUMO: A palavra “trans” é usada na definição de um conjunto de indivíduos que se identificam, em vários níveis, com o gênero/sexo contrário do que nasceram. Travestis e transexuais são populações fadadas ao preconceito desde a sua aparição. No âmbito da saúde, a indefensabilidade de travestis e transexuais se exemplifica pelos índices preocupantes de violência e assassinatos ocorridos, pelas piores referentes à saúde mental, como a tentativa de suicídio, e pela alta incidência do HIV. Fatores como a falta de preparo profissional, a rotina da prática diária de atendimento a essas pessoas que precisa ser modificada, assim como preconceitos velados que ainda precisam ser trabalhados por boa parte dos profissionais que se comunicam com esse segmento da sociedade. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as políticas inclusivas de gênero à saúde que são voltadas para a população trans, identificando avanços e desafios da assistência a esta população. Tratou-se de revisão de literatura realizada nas bases Scielo, Lilacs, PubMed e Google Acadêmico com descritores “equidade de gênero”, “políticas inclusivas de gênero”, “transexuais e saúde”, “saúde e população trans” e “identidade de gênero” entre os anos de 2016 e 2021. 11 artigos compuseram a amostra final analisada. Inúmeros avanços conquistados pela comunidade trans na área da saúde, os problemas existentes no atendimento à saúde, enfrentados pela população trans, ainda são pertinentes. Processo Transsexualizador do SUS e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT foram algumas das políticas encontradas. A estrutura do sistema de saúde, violência, o preconceito e a discriminação são os obstáculos mais destacados com desafios encontrados por essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Equidade de gênero. Políticas inclusivas de gênero. Transexuais e saúde.

“saúde e população trans” e “identidade de gênero”.

POLICIES INCLUDING GENDER TO THE HEALTH OF THE TRANSEXUAL POPULATION

ABSTRACT: The word “trans” is used to define a group of individuals who identify, at various levels, with the opposite gender/sex of which they were born. Transvestites and transsexuals are populations doomed to prejudice since their appearance. In the area of health, the indefensibility of transvestites and transsexuals is exemplified by the worrying rates of violence and murders that have occurred, the worsening in mental health, such as the suicide attempt, and the high incidence of HIV. Factors such as the lack of professional preparation, the routine of daily care practice for these people that needs to be modified, as well as veiled prejudices that still need to be worked on by most professionals who communicate with this segment of society. aims to analyze inclusive gender health policies that are aimed at the trans population, identifying advances and challenges in care delivery to this population. This was a literature review carried out in the Scielo, Lilacs, PubMed and Google Academic databases with descriptors “gender equity”, “gender inclusive policies”, “transsexuals and health”, “health and trans population” and “gender identity ” between 2016 and 2021. 11 articles made up the final sample analyzed. Countless advances achieved by the trans community in the health area, the existing problems in health care, faced by the trans population, are still relevant. SUS Transsexualization Process and the National Comprehensive Health Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgenders (LGBT), the National Plan to Combat Violence and Discrimination against LGBT were some of the policies found. The structure of the health system, violence, prejudice and discrimination are the most prominent obstacles with challenges faced by this population

KEY-WORDS: Gender equity. Gender-inclusive policies. Transsexuals and health. “health and trans population” and “gender identity”.

INTRODUÇÃO

Travestis e transexuais são populações fadadas ao preconceito desde a sua aparição. Acredita-se que, no Brasil, essa população tenha iniciado nos teatros por volta das décadas de 60/70. Porém tem-se conceitos mais generalizados a partir dos anos 70, no movimento migratório para Paris, e nos anos 80, a partir das notícias dos trabalhos desenvolvidos pelas trans brasileiras nas noites de Paris (BRASIL, 2015).

A palavra “trans” é usada na definição de um conjunto de indivíduos que se identificam, em vários níveis, com o gênero/sexo contrário do que nasceram. Hoje em dia, essa população tem adquirido espaço em meio à sociedade, municiando-se de informações e buscando seus direitos, enfrentando estereótipos impostos pela sociedade (BORGES; PASSOS, 2021).

A população trans (termo usado neste estudo para representar transexuais, transgêneros e travestis), dentro da classe LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), até então representam um grupo com menor visibilidade. Voltando-se para a área da saúde, esses indivíduos possuem características que os diferenciam ainda mais dessa comunidade (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

No âmbito da saúde, a indefensabilidade de travestis e transexuais se exemplifica pelos índices preocupantes de violência e assassinatos ocorridos, pelas piores referentes à saúde mental, como a tentativa de suicídio, e pela alta incidência do HIV. Além disso, o descrédito e a discriminação sexual têm sido relatados como dificuldades relevantes para o acesso dessa população aos atendimentos de cuidado e prevenção (MONTEIRO; BRIGADEIRO; BARBOSA, 2019).

De acordo com Rosa *et. al* (2019), transexuais necessitam de cuidados específicos de saúde e carecem de serviços que disponibilizem uma abordagem multiprofissional, precaução com a saúde mental, além de tratamentos hormonais e cirurgias variadas. Bem como partilham de necessidades comuns à sociedade em geral como diagnóstico de doenças e tratamento das mesmas

Segundo Monteiro, Brigadeiro e Barbosa (2019), a agenda de direitos da cidadania para essa classe coloca exigências por uma dedicação integral em saúde e admissão aos serviços desprovidos de discriminação. No Brasil, essas requisições vêm sendo elaboradas em conjunto aos esforços por apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS) e despertam debates em torno das consequências das desigualdades sociais na atenção à saúde.

A Constituição Federal vigente (1988) declara a oferta de assistência à população por meio de ações de prevenção às enfermidades, de promoção de recuperação de saúde como algumas das funções do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988). E entre os princípios desse sistema está a universalidade que garante o atendimento a todo e qualquer cidadão, sem distinção de raça, cor ou orientação sexual (BARBOSA; BERIGO; ASSIS, 2020).

Todavia, sabe-se que na prática não é assim que acontece. Nos postos de atendimento do SUS espalhados pelo Brasil, apesar da validade da lei, inclusive, para as pessoas da população LGBTQ+, há os obstáculos sociais – como o preconceito, discriminação e exclusão social - e a precariedade de políticas públicas que garantem o acesso por essa parte da sociedade (ROCON; SILVA ; SODRÉ, 2018).

Ademais, existem outros fatores limitantes que impedem a população de ter acesso à atenção primária da saúde de qualidade como a falta de preparo profissional, a rotina da prática diária de atendimento a essas pessoas que precisa ser modificada, assim como preconceitos velados que ainda precisam ser trabalhados por boa parte dos profissionais que se comunicam com esse segmento da sociedade (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as políticas inclusivas de gênero à saúde que são voltadas para a população trans, identificando avanços e desafios da assistência a esta população com vistas a ampliação da visão e atendimento integral e igualitário a toda população em geral, conforme preceitos estabelecidos pelo sistema único de saúde.

METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa, foi feita uma revisão literária, através do método PICO (acrônimo para P- População/pacientes; I- Intervenção; C- Controle/comparação; O- outcome/desfecho). Este método é utilizado para ajudar a especificar a pergunta-hipótese que norteia toda a construção do estudo. Esta pergunta é a base para o discernimento da pesquisa realizada e deve ser objetiva, clara e concisa (SANTOS; GALVÃO, 2014).

Neste trabalho, a população aqui estudada foi a transgênera/transexual; a intervenção aqui discutida foram as políticas inclusivas de gênero dentro do sistema de saúde; e, as melhorias que podem ser realizadas pela área da saúde para que essas políticas sejam de fato inclusivas a essa parcela da população.

Este estudo foi realizado em algumas etapas: a escolha do tema e a escolha da hipótese da pesquisa (através do método PICO); a formação de critérios para a inclusão e exclusão de artigos no estudo; a definição das informações utilizadas na pesquisa; a avaliação dos artigos selecionados; a interpretação dos resultados; e a apresentação da revisão realizada.

Para responder à pergunta tema deste estudo, as informações apresentadas neste estudo foram obtidas por meio de pesquisa eletrônica, em bases de dados indexadas, como Scielo, Lilacs, PubMed e Google Acadêmico. Para melhor especificar o assunto tratado na pesquisa, foram usados descritores como “equidade de gênero”, “políticas inclusivas de gênero”, “transexuais e saúde”, “saúde e população trans” e “identidade de gênero” onde foram selecionados apenas artigos entre os anos de 2016 e 2021, para tratar este estudo com informações atualizadas.

Os critérios de inclusão aqui usados foram: artigos que tratem de problemas em relação à saúde da população trans, tanto no Brasil quanto no mundo, compreendidos entre os anos de 2016 a 2021; artigos que estejam na língua portuguesa, ou com a possibilidade de tradução para a língua portuguesa, e que tenha relação com os descritores. Artigos que não se enquadrassem em ao menos um desses critérios, não foram levados em consideração para a produção desse artigo.

Após selecionados os artigos com tais características, eles foram lidos, revisados e interpretados para a construção dos resultados desta pesquisa. Para a apresentação dos resultados, foi montado um quadro-resumo com alguns dos artigos, falando sobre as políticas nacionais destinadas à população trans e logo após eles foram discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a apresentação dos resultados, foram estruturados quadros-resumo – com autor(es), título da obra, principais resultados e conclusão –, que tratam dos problemas enfrentados pelos transexuais, das políticas inclusivas ao sistema de saúde voltadas para essa população, a título nacional, e dos avanços das mesmas.

Foram analisados 50 artigos, dos quais apenas 11 foram utilizados na apresentação dos resultados. Destes estudos, os anos que prevaleceram foram os de 2016 e os de 2019 – ressaltando o fato de que ainda são poucos os estudos realizados acerca do tema deste artigo.

Quadro 1 trata dos principais políticas e seus avanços citados nos artigos, como sendo os mais encontrados pela população trans ao procurar atendimento no sistema de saúde, no Brasil. Tratando dos avanços alcançados pela assistência à saúde da população trans, encontrou-se mais artigos sobre políticas públicas e projetos governamentais nacionais, voltados para a melhoria do atendimento de pessoas trans, garantido assim seus direitos.

Quadro 1: Políticas de atendimento e avanços alcançados pela assistência à saúde oferecidos para a população trans no Brasil. 2021.

Autor (es)	Título	Principais resultados	Conclusão
ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A. 2016.	Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública.	A permissão para a prática das cirurgias de redesignação sexual no Brasil ocorreu por meio da Resolução CFM (Conselho Federal de Medicina) 1482, de 1927, com o objetivo terapêutico de igualar o órgão genital à identidade de gênero (CFM, 1997).	Processo criminal em 1971; a regulamentação do exercício médico sobre os corpos trans, em 1927; e a criação de uma política pública, Processo Transexualizador, de 2008, são marcos do processo transexualizador brasileiro.
MONTEIRO, S; BRIGADEIRO, M.; BARBOSA, R. M. 2019.	Saúde e direitos dos transgêneros.	O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT, criado em 2004; a Carta dos Direitos dos Usuários da saúde, de 2006; Plano de Enfrentamento da Aids entre Gays, HSH e Travestis, em 2007; são conquistas nas normas institucionais abrangentes do setor da saúde.	Apesar da inclusão social dessa comunidade, sua efetivação enfrenta desafios como o subfinanciamento do SUS, e a objeção de áreas conservadoras da sociedade brasileira.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2008.	PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.	Essa portaria aprovou a Regulamentação do Processo Transexualizador, pelo SUS; e, entre outras medidas,	-Estabeleceu a cirurgia de afirmação do sexo para transexuais femininas.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2004.	Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.	Propõe a formalização do Comitê Técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais”, do Ministério da Saúde,	Tem como fim construção de uma Política Nacional de Saúde para a população LGBT.

POPADIUK <i>et al.</i> , 2017.	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.	A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, de 2006, é outra iniciativa importante para a melhoria do acesso universal da comunidade trans no Sistema Único de Saúde..	Por meio dela, estabeleceu-se o direito da utilização do nome social, seja em serviços de atendimento especializado ou qualquer outro serviço de saúde da rede pública -
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2008.	Relatório Final – 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de Vida; Políticas de Estado e Desenvolvimento.	Acesso prudente, respeitoso e qualificado, nas três esferas do governo; garantiu o acesso de pessoas LGBTs e prostitutas, assim como as demais populações vulneráveis aos bens e serviços de saúde.	A condecoração e a utilização da “identidade social” adotada pelo indivíduo e que se respeite a intimidade e a individualidade como direito.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2008.	Mais Saúde – Direito de Todos.	Tem como finalidade a recolocação de políticas públicas de saúde	Aumento do acesso a serviços qualificados.

Os estudos analisados nesta pesquisa apontam que apesar dos inúmeros avanços conquistados pela comunidade trans na área da saúde, os problemas existentes no atendimento à saúde, enfrentados pela população trans, ainda são pertinentes.

Vimos que a violência, o preconceito e a discriminação são os obstáculos mais encontrados por essa população, como demonstram alguns estudos (ROSA, D. F. et al, 2019; FERREIRA, B. O. et al., 2017). Isso é reafirmado por Santos e Nunes (s.d.), que relata que o caminho dos indivíduos trans, que procuram atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), é frisado por um conjunto de desafios como a discriminação, preconceito e violências, que vão desde a entrada na Unidade de Saúde até a chegada nos consultórios.

Stack (2020) afirma que essas barreiras se tornam mais grosseiras quando aliadas a outros fatores como classe social, raça e etnia. Porém, esses não são problemas enfrentados somente pela comunidade trans brasileira. A nível mundial também há relatos de dificuldade do acesso dessa população ao sistema de saúde, devido aos mesmos problemas. Eles são discriminados, não possuem acesso à informação adequada e ainda não existem políticas delineadas para esses indivíduos (COSTA, B. A., et al. 2016).

Somado a isso, Monteiro e Brigadeiro (2019) apontam que a estrutura do sistema de saúde brasileiro deixa muito a desejar no atendimento à saúde dos indivíduos transgêneros. Resultados que apontam problemas estruturais nos sistemas de saúde mundo a fora também foram encontrados. Wylie et al (2016) relata que diversos serviços de saúde para a população trans, incluindo as cirurgias de afirmação de gênero, seriam melhor oferecidos em ambientes mais especializados estruturalmente. No entanto, o autor afirma ainda, que a maior parte dos cuidados em saúde poderia ser compreendida no atendimento primário.

Outro problema descrito foi o receio do uso do nome social por parte dos profissionais da saúde ao atender indivíduos transgêneros (MONTEIRO; BRIGADEIRO, 2019). Quanto a isso, Wylie (2016), constata que existe uma escassez de programas educacionais para profissionais em saúde de pessoas trans, mesmo que haja o apoio para a inserção de módulos sobre a saúde dessa população durante o processo de formação de médicos e outros profissionais da saúde. O lapso no direito a utilização e respeito do nome preferido pelos indivíduos transgêneros caracteriza-se como violência, pois os constrange, ocasiona sofrimento e pretere do atendimento à saúde, transgredindo os direitos do usuário e os princípios do SUS (SILVA et al, 2017).

Esses problemas começaram a ser dissolvidos com a implementação de algumas políticas públicas no sistema de saúde brasileiro, como o Processo Transexualizador do SUS e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT). Acordante a Rocon, Sodré e Rodrigues (2016) o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT foi criado em 2004, como resultado da conversa entre o governo federal e representantes dessa comunidade, que gerou respaldo legal para o combate à violência a esses indivíduos.

Entretanto, Rocon et al (2019) afirma que mesmo publicada a portaria que amplia o processo transexualizador do SUS e a que institui a Política Nacional de Saúde LGBT- portarias que preveem uma medida de atenção básica -, elas não vêm sendo efetivadas como realmente deveriam. Todavia, desde 2013, vem sendo realizada uma pesquisa denominada “Análise do acesso e da qualidade da atenção Integral à saúde da população LGBT no SUS”, que tem como finalidade delinear a extensão do acesso da população LGBT aos atendimentos de atenção básica sob o olhar dos usuários, administradores e profissionais da saúde (SENA; SOUTO, 2017).

Outro avanço importante foi a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, originada em 2006. Conforme Popadiuk et. al (2017), ela estabeleceu o direito do uso do nome social em qualquer serviço de saúde da rede pública, sendo ele especializado ou não. Pode-se alegar que o nome social se caracteriza como a porta de acesso de transexuais e travestis ao Sistema Único de Saúde, pois a partir do cumprimento desse direito por parte dos trabalhadores, sempre com respeito e providenciando medidas para sua utilização verbal bem como nos prontuários e documentos, ocasiona-se a aplicação das ações em saúde, assegurando os direitos de saúde e cidadania desses indivíduos (SILVA et al, 2017).

O Relatório Final, da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que tratou de políticas de estado e desenvolvimento para a saúde e qualidade de vida constitui-se como outro passo importante para a população trans. Pois através desta conferência, foi certificado o acesso à saúde prudente, respeitoso e qualificado por esses indivíduos, nas três esferas do governo (BRASIL, 2008). Sena e Souto (2017) descrevem que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi um passo importante na estruturação da igualdade do SUS e também na cidadania de indivíduos LGBT, porque esta corroborou para que outras políticas sociais passassem a ser motivo de ações e estratégias sob a finalidade de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

A administração do cuidado à comunidade transexual conceitua-se como um grupo de atividades singulares embasadas na particularização do atendimento, respeito à importância do ser humano,

especialmente a identidade de gênero, e à civilização do cuidado, sendo fundamental o serviço pluridisciplinar e multiprofissional, bem como o desdobramento de estratégias para driblar os rotineiros desafios vividos por esses indivíduos para a materialização desta gestão e concretização das políticas públicas em saúde (SALUM, 2018).

CONCLUSÃO

A tabela 1 apresenta os principais pontos na evolução da assistência para pessoas trans em âmbito regional, bem como no âmbito nacional. Ao longo de toda a análise é possível observar ganhos em diversas áreas na atenção à saúde de pessoas trans.

Nesse contexto, é certo afirmar que os direitos, não só das pessoas trans, mas de todo o grupo LGBTQs, vem sendo cada vez mais garantidos pelos mais diversos órgãos de saúde regionais e nacionais em nosso país. Essas garantias são decorrentes de muita luta por seus direitos, aumentando assim o número real de pessoas que procuram esse tipo de assistência que vai desde o reconhecimento nos documentos de identificação, até pessoas que procuram igualar o órgão genital a identificação de gênero, aumentando assim, a demanda e a necessidade de cada vez mais, termos políticas públicas voltadas a saúde e o bem-estar das pessoas LGBTQs.

Por tanto, com base nos dados encontrados nessa revisão, é importante pontuar que é visível a evolução em todos os direitos, porém faz-se necessário a continuidade dos avanços aos direitos das pessoas trans, não só no âmbito da atenção à saúde, mas garantir outros direitos como a trabalho e principalmente a segurança que seriam políticas voltadas a inclusão.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Transexualidade e travestilidade na saúde. **Ministério da Saúde**, Brasília, 194p, 2015. ISBN 978-85-334-2319-0.

BARBOSA, G. C.; BERIGO, M. R.; ASSIS, T. R. Saúde para a população LGBTQ+: uma revisão bibliométrica. **RevPsicolPolit**, São Paulo, v.20, n. 47, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100012>. Acesso em: 18/05/2021.

BORGES, M. C.; PASSOS, M. A. N. A importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans. **Rev JRG de Estudos Acadêmicos**, vol. 4, n. 8, 2021. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/205/316>>. Acesso em: 17/05/2021.

MONTEIRO, S.; BRIGADEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, n.4, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRt-VyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=en>>. Acesso em: 31/05/2021.

PEREIRA, L. B. C.; CHAZAN, A. C. S. O acesso das pessoas transexuais e travestis à atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **RevBras Med Fam Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, 2019. Disponível em: <<https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/1795/985>>. Acesso em: 17/05/2021.

POPADIUK, G. S. et al. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência. Saúde. Colet.**, v. 5, n.22, 2017.

ROSA, D. F. *et. al.* Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. **Rev Bras Enferm**, vol. 72, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672019000700299&script=sci_arttext&tlng=pt#B27>. Acesso em: 18/05/2021.

ROCON, P. C.; DA SILVA, A. I.; SODRÉ, F. Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transsexualizador. **SER Social**, v. 20, n. 43, p. 432-448, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18870>. Acesso em: 18/05/2021.

SALUM, M. E. G. Gestão do cuidado à pessoa trans na atenção primária à saúde. Orientador: Alacque Lorenzini Erdmann. 2018. 59f. TCC (graduação) – Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SENA, A. G. N.; SOUTO, K. M. B. Avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Tempus, **Actas de saúde colet**, Brasília, v. 1, n. 11, 2017.

STACK, D. S. “NÃO É UMA REALIDADE DE TODO MUNDO”: A normativa nº 2.803/2013 e o acesso ao SUS por pessoas trans do município de Santa Maria – RS. **RevBras de Estudos da Homocultura**, vol. 3, n. 11, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à água encanada 51, 60
ações intersetoriais organizadas 86
agentes oncogênicos 20, 21
analfabetismo 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60
anomalia congênita facial 91, 92

C

câncer 11, 12, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27
Câncer de mama 11
câncer do colo do útero 20, 21, 22, 27
carência alimentar 63
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS 85
cistos 11, 12, 16
citologia oncótica 20
classes sociais 20, 21
consumo de pornografia 39, 41, 43, 45
conteúdos pornográficos 39, 40, 41, 42, 43, 45
conteúdos pornográficos on-line 39
COVID-19 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 79, 82, 83
crianças e adolescentes 85, 87, 89, 90, 98

D

desenvolvimento social 86
desenvolvimento sustentável 50, 51, 52, 53, 58, 59, 61
desenvolvimento sustentável e os ODM 51
desigualdades sociais 31, 60, 61, 63, 65
desnutrição 65, 66, 68, 76, 80
determinantes sociais na saúde 76
Diagnóstico 11, 41, 44, 46
Direito a saúde 76

Direitos Fundamentais 76, 83
doenças crônicas 76, 78, 79, 98
doenças infecciosas 76

E

Educação Popular em Saúde 85
equidade de gênero 29, 32
Estágio Supervisionado 85, 87
exame Papanicolaou 20, 22
exame preventivo 20, 22, 23, 25, 26
exclusão social e saúde 76, 78

F

fibroadenoma 11, 12, 16, 18
fissura labiopalatina (FLP) 91, 92
fome 53, 54, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81

G

Gastos 11
gênero/sexo 29, 30

I

identidade de gênero 29, 30, 32, 33, 35, 36
indicadores dos ODM 51
insegurança alimentar 63, 68, 73
isolamento social 39, 41, 43, 97

M

mamografia 11, 13, 16
mapa da fome 63, 65, 73
mistanásia 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83
Modelo Salutogênico 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98
mortalidade infantil 51, 54, 55, 59, 60

N

nódulo na mama 11, 12

O

Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) 51, 53

Organização das Nações Unidas (ONU) 51, 63

P

Papilomavírus Humano (HPV) 20, 21, 27

Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT 29, 33, 35

pobreza 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 72, 80, 81, 87

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) 29, 35, 37

políticas inclusivas 29, 31, 32

políticas inclusivas de gênero 29, 32

população trans 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37

pornografia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

preconceito 29, 30, 31, 34

preconceitos velados 29, 31

preparo profissional 29, 31

Processo Transexualizador do SUS 29, 35

promoção da agricultura familiar 63, 67

Q

questões ambientais e sociais 50, 52

S

Saúde da mulher 11

saúde e população trans 29

saúde mental 29, 31, 44, 46

Saúde Pública 6, 20, 37, 65, 85, 99

Serviço Social 85, 86, 87

sociedade 29, 30, 31, 33, 52, 58, 60, 65, 68, 71, 87, 89

subnutrição 63

suicídio 29, 31

T

trabalho infantil 85, 86, 87, 88, 89

transexuais 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37

transexuais e saúde 29

U

uso excessivo de pornografia 39, 41, 42, 44, 46

V

vida das crianças e dos adolescentes 86

vida sexual 13, 39, 45

violações de direitos de crianças e adolescentes 86

violência 29, 31, 34, 35, 64, 81, 84, 87

vulnerabilidade social 83, 84, 85, 87

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 